

53. CREIO NA VIDA ETERNA
O JUÍZO PARTICULAR. O CÉU. O PURGATÓRIO. O INFERNO
1020-1037



INTRODUÇÃO

A morte como fim-finalidade da vida terrena significa o início da vida eterna. Nesse sentido, para o cristão, a morte é “*dies natalis*”, o dia do nosso nascimento para Deus.

O texto do Catecismo já antes tinha feito referência a essa questão, que nesses parágrafos é recordada. A Igreja fortifica quem está em risco de morte com a absolvição, o sacramento da unção dos enfermos, o viático. O texto de encomendação da alma, que é citado, exprime a fé no encontro com Jesus no momento da morte e da entrada no paraíso onde nos esperam Maria, os anjos e os santos.

TEXTO 1020-1037

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA SEÇÃO: A PROFISSÃO DA FÉ CRISTÃ

CAPÍTULO III: CREIO NO ESPÍRITO SANTO

ARTIGO 12: CREIO NA VIDA ETERNA

1020. O cristão, que une a sua própria morte à de Jesus, encara a morte como chegada até junto d’Ele, como entrada na vida eterna. A Igreja, depois de, pela última vez, ter pronunciado sobre o cristão moribundo as palavras de perdão da absolvição de Cristo e de, pela última vez, o ter marcado com uma unção fortificante e lhe ter dado Cristo, no Viático, como alimento para a viagem, fala-lhe com estas doces e confiantes palavras:

«Parte deste mundo, alma cristã, em nome de Deus Pai onipotente, que te criou, em nome de Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, que por ti sofreu, em nome do Espírito Santo, que sobre ti desceu; chegues hoje ao lugar da paz e a tua morada seja no céu, junto de Deus, na companhia da Virgem Maria. Mãe de Deus, de São José e de todos os Anjos e Santos de Deus [...]. Confio-te ao Criador para que voltes Àquele que te formou do pó da terra. Venham ao encontro de ti, que estás a partir desta vida, Santa Maria, os Anjos e todos os Santos [...]. Vejas o teu Redentor face a face e gozes da contemplação de Deus pelos séculos dos séculos».



I. O juízo particular

1021. A morte põe termo à vida do homem, enquanto tempo aberto à aceitação ou à rejeição da graça divina, manifestada em Jesus Cristo. O Novo Testamento fala do juízo, principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na sua segunda vinda. Mas também afirma, reiteradamente, a retribuição imediata depois da morte de cada qual, em função das suas obras e da sua fé. A parábola do pobre Lázaro (607) e a palavra de Cristo crucificado ao bom ladrão, assim como outros textos do Novo Testamento, falam dum destino final da alma, o qual pode ser diferente para umas e para outras.

1022. Ao morrer, cada homem recebe na sua alma imortal a retribuição eterna, num juízo particular que põe a sua vida em referência a Cristo, quer através duma purificação, quer para entrar imediatamente na felicidade do céu, quer para se condenar imediatamente para sempre.

«Ao entardecer desta vida, examinar-te-ão no amor».

II. O céu

1023. Os que morrerem na graça e na amizade de Deus e estiverem perfeitamente purificados, viverão para sempre com Cristo. Serão para sempre semelhantes a Deus, porque O verão «tal como Ele é» (1Jo 3, 2), «face a face» (1Cor 13,12):

«Com a nossa autoridade apostólica, definimos que, por geral disposição divina, as almas de todos os santos mortos antes da paixão de Cristo [...] e as de todos os outros fiéis que morreram depois de terem recebido o santo Batismo de Cristo e nas quais nada havia a purificar no momento da morte, ou ainda daqueles que, se no momento da morte houve ou ainda há qualquer coisa a purificar, acabaram por fazê-lo [...] mesmo antes de ressuscitarem em seus corpos e do Juízo universal – e isto depois da Ascensão ao céu do nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo –, estiveram, estão e estarão no céu, associadas ao Reino dos céus e no paraíso celeste, com Cristo, na companhia dos santos anjos. E depois da paixão e morte de nosso Senhor Jesus Cristo, essas almas viram e veem a essência divina com uma visão intuitiva e face a face, sem a mediação de qualquer criatura».

1024. Esta vida perfeita com a Santíssima Trindade, esta comunhão de vida e de amor com Ela, com a Virgem Maria, com os anjos e todos os bem-aventurados, chama-se «céu». O céu é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do homem, o estado de felicidade suprema e definitiva.

1025. Viver no céu é «estar com Cristo». Os eleitos vivem «n'Ele»; mas n'Ele conservam, ou melhor, encontram a sua verdadeira identidade, o seu nome próprio:

«Porque a vida consiste em estar com Cristo, onde está Cristo, aí está a vida, aí está o Reino».

1026. Pela sua morte e ressurreição, Jesus Cristo «abriu-nos» o céu. A vida dos bem-aventurados consiste na posse em plenitude dos frutos da redenção operada por Cristo, que associa à sua glorificação celeste aqueles que n'Ele acreditaram e permaneceram fiéis à sua vontade. O céu é a comunidade bem-aventurada de todos os que estão perfeitamente incorporados n'Ele.

1027. Este mistério de comunhão bem-aventurada com Deus e com todos os que estão em Cristo ultrapassa toda a compreensão e toda a representação. A Sagrada Escritura fala-nos dele por imagens: vida, luz, paz, banquete de núpcias, vinho do Reino, casa do Pai, Jerusalém celeste, paraíso: aquilo que «nem os olhos viram, nem os ouvidos escutaram, nem jamais passou pelo pensamento do homem, Deus o preparou para aqueles que O amam» (1Cor 2,9).

1028. Em virtude da sua transcendência, Deus não pode ser visto tal como é, senão quando Ele próprio abrir o seu mistério à contemplação imediata do homem e lhe der capacidade para O contemplar. Esta contemplação de Deus na sua glória celeste é chamada pela Igreja «visão beatífica»:

«Qual não será a tua glória e a tua felicidade quando fores admitido a ver a Deus, a ter a honra de participar nas alegrias da salvação e da luz eterna, na companhia de Cristo Senhor teu Deus, [...] gozar no Reino dos céus, na companhia dos justos e dos amigos de Deus, das alegrias da imortalidade alcançada!».

1029. Na glória do céu, os bem-aventurados continuam a cumprir com alegria a vontade de Deus, em relação aos outros homens e a toda a criação. Eles já reinam com Cristo. Com Ele «reinarão pelos séculos dos séculos» (Ap 22,5).



III. A purificação final ou Purgatório

1030. Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não de todo purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria do céu.

1031. A Igreja chama *Purgatório* a esta purificação final dos eleitos, que é absolutamente distinta do castigo dos condenados. A Igreja formulou a doutrina da fé relativamente ao Purgatório sobretudo nos concílios de Florença e de Trento. A Tradição da Igreja, referindo-se a certos textos da Escritura fala dum fogo purificador:

«Pelo que diz respeito a certas faltas leves, deve crer-se que existe, antes do julgamento, um fogo purificador, conforme afirma Aquele que é a verdade, quando diz que, se alguém proferir uma blasfêmia contra o Espírito Santo, isso não lhe será perdoado nem neste século nem no século futuro (Mt 12,32). Desta afirmação podemos deduzir que certas faltas podem ser perdoadas neste mundo e outras no mundo que há de vir».

1032. Esta doutrina apoia-se também na prática da oração pelos defuntos, de que já fala a Sagrada Escritura: «Por isso, [Judas Macabeu] pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem livres das suas faltas» (2Mac 12,46). Desde os primeiros tempos, a Igreja honrou a memória dos defuntos, oferecendo sufrágios em seu favor, particularmente o Sacrifício eucarístico para que, purificados, possam chegar à visão beatífica de Deus. A Igreja recomenda também a esmola, as indulgências e as obras de penitência a favor dos defuntos:

«Socorramo-los e façamos comemoração deles. Se os filhos de Jó foram purificados pelo sacrifício do seu pai por que duvidar de que as nossas oferendas pelos defuntos lhes levam alguma consolação? [...] Não hesitemos em socorrer os que partiram e em oferecer por eles as nossas orações».



IV. O Inferno

1033. Não podemos estar em união com Deus se não escolhermos livremente amá-Lo. Mas não podemos amar a Deus se pecarmos gravemente contra Ele, contra o nosso próximo ou contra nós mesmos: «Quem não ama permanece na morte. Todo aquele que odeia o seu irmão é um homicida: ora vós sabeis que nenhum homicida tem em si a vida eterna» (1Jo 3,14-15). Nosso Senhor adverte-nos de que seremos separados d'Ele, se descurarmos as necessidades graves dos pobres e dos pequeninos seus irmãos. Morrer em pecado mortal sem arrependimento e sem dar acolhimento ao amor misericordioso de Deus, significa permanecer separado d'Ele para sempre, por nossa própria livre

escolha. E é este estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados que se designa pela palavra «Inferno».

1034. Jesus fala muitas vezes da «gehena» do «fogo que não se apaga» reservada aos que recusam, até ao fim da vida, acreditar e converter-se, e na qual podem perder-se, ao mesmo tempo, a alma e o corpo. Jesus anuncia, em termos muito severos, que «enviará os seus anjos que tirarão do seu Reino [...] todos os que praticaram a iniquidade, e hão de lançá-los na fornalha ardente» (Mt 13,41-42), e sobre eles pronunciará a sentença: «afastai-vos de Mim, malditos, para o fogo eterno» (Mt 25,41).

1035. A doutrina da Igreja afirma a existência do Inferno e a sua eternidade. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente, após a morte, aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, «o fogo eterno». A principal pena do inferno consiste na separação eterna de Deus, o único em Quem o homem pode ter a vida e a felicidade para que foi criado e a que aspira.

1036. As afirmações da Sagrada Escritura e os ensinamentos da Igreja a respeito do Inferno são um *apelo ao sentido de responsabilidade* com que o homem deve usar da sua liberdade, tendo em vista o destino eterno. Constituem, ao mesmo tempo, um *apelo urgente à conversão*: «Entrai pela porta estreita, pois larga é a porta e espaçoso o caminho que levam à perdição e muitos são os que seguem por eles. Quão estreita é a porta e apertado o caminho que levam à vida e como são poucos aqueles que os encontram!» (Mt 7,13-14):

«Como não sabemos o dia nem a hora, é preciso que, segundo a recomendação do Senhor, vigiemos continuamente, a fim de que, no termo da nossa vida terrena, que é só uma, mereçamos entrar com Ele para o banquete de núpcias e ser contados entre os benditos, e não sejamos lançados, como servos maus e preguiçosos, no fogo eterno, nas trevas exteriores, onde “haverá choro e ranger de dentes”».

1037. Deus não predestina ninguém para o Inferno. Para ter semelhante destino, é preciso haver uma aversão voluntária a Deus (pecado mortal) e persistir nela até ao fim. Na liturgia eucarística e nas orações quotidianas dos seus fiéis, a Igreja implora a misericórdia de Deus, «que não quer que ninguém pereça, mas que todos se convertam» (2Pd 3,9):

«Aceitai benignamente, Senhor, a oblação que nós, vossos servos, com toda a vossa família, Vos apresentamos. Dai a paz aos nossos dias livrai-nos da condenação eterna e contai-nos entre os vossos eleitos».



Revisando temas

O juízo particular

Com a morte termina o tempo que Deus dá ao homem para a livre acolhida do Seu amor e da Sua graça. Na morte o homem entra na existência definitiva. Dado que, na sua liberdade, o homem, no tempo de sua vida, pode ter escolhido a favor ou contra Deus, a existência definitiva que o espera pode ser a de salvação ou a de perdição. Evidentemente a salvação ou a perdição dependerá do que tiver escolhido o homem. Dessa relação surge a necessidade do juízo. Ora o juízo no Novo Testamento (por exemplo, Mt 25,31ss) está unido sobretudo à Parusia do Senhor no fim dos tempos (cf. 1038). No Novo Testamento não faltam também algumas passagens (citadas em 1021) que falam do estar com Cristo imediatamente depois da morte, ou de uma situação diferenciada entre bons e maus a partir desse momento (Lc 16,22). Não é fácil encontrar no próprio Novo Testamento uma harmonização explícita entre essas passagens que falam da situação imediata de quem morre com as que se referem ao momento final.

Partindo, porém, da convicção de que o homem, depois da morte, alcança um estado de salvação ou de condenação definitivos, podemos compreender o que seja o juízo particular, ou seja, o juízo que ocorre na morte da pessoa e que consiste na retribuição imediata em coerência com a fé e as obras dessa mesma pessoa.

O par. 1022 cita os principais textos do Magistério que falam direta ou indiretamente desse juízo. Merece menção especial a constituição *Benedictus Deus* de Bento XII do ano 1336 (DS 1000-1002) que resolveu definitivamente a questão da retribuição imediata. Salvação ou condenação é a alternativa diante da qual todos deverão se encontrar. São os dois possíveis “resultados” do juízo particular. Mas o texto menciona uma terceira possibilidade: a da purificação. Uma leitura rápida e superficial pode dar a impressão que as três possibilidades estejam no mesmo nível. Na realidade não é assim. O Purgatório se situa inteiramente no caminho da salvação.

O Purgatório não é definitivo como os outros dois, tampouco é um estado intermediário entre o céu e o inferno. A purificação dos que foram salvos (sim, os que estão no purgatório estão realmente salvos!) para entrar na plena comunhão com Deus é necessária porque as imperfeições humanas impedem a plena comunhão com Deus.



O céu

O céu é a “vida eterna”. Nesse sentido, os textos joaninos que associam a “vida” a Jesus Cristo são particularmente significativos (cf. Jo 3,36; 5,24; 6,47.53-54; 11,25; 17,3; 1Jo 3,14). No NT o estado da vida eterna é associado à visão de Deus.

Dentre os textos significativos do Magistério, de novo, merece atenção a constituição *Benedictus Deus*. Segundo esse documento, “a divina essência se mostra a eles (os salvos) claramente, abertamente, imediatamente nua”. É necessário entender bem que essa visão beatífica não atenua o mistério de Deus. A visão de Deus não significa que Deus seja compreendido e colocado dentro dos limites humanos. A visão de Deus não faz com que Deus deixe de ser mistério absoluto. Exatamente o contrário. A visão imediata de Deus faz ver a Sua incompreensibilidade, na qual o homem imerge sempre mais.

A teologia falou do céu quase exclusivamente nos termos da visão de Deus. Atualmente está mais consciente de que no NT e na Tradição aparecem outros elementos. Um deles é o da comunhão de vida e de amor com Deus uno e trino. A visão não é meramente intelectual, mas abraça todos os aspectos e todas as dimensões da vida humana. Nesse sentido, vale a pena citar um texto de Santo Tomás de Aquino.

Na vida eterna a primeira coisa é que o homem se une a Deus. Portanto o próprio Deus é o prêmio e o fim de todos os esforços... Essa união consiste na perfeita visão: “No momento vemos como em um espelho, em enigma; mas então veremos face a face” (1Cor 13,12). Consiste também no sublime louvor... e igualmente na perfeita satisfação do desejo... na feliz comunhão de todos os beatos; e essa comunhão será muito aprazível porque cada um partilhará todos os bens com todos os outros. Portanto cada um amará o outro como a si mesmo, e por isso se comprazera do bem do outro como próprio (Opusc. Theol., 2).

Chama a atenção o elemento da comunhão dos santos. O céu não consiste no ideal de uma felicidade privada e individualista. Isso contradiz a própria concepção cristã de céu. A felicidade autêntica e verdadeira sempre implica a comunhão com os outros.

O par. 1025 indica um outro ponto fundamental que jamais deve ser esquecido: a vida eterna é estar com Jesus. É preciso recuperar essa compreensão do céu como plena comunhão com Cristo.

O Catecismo, porém, dá ainda um passo adiante: os eleitos vivem “em Cristo”, no Seu corpo ressuscitado que abraça toda a humanidade salva. Em Cristo, no espaço vital que se abre com a Sua ressurreição, o eleito está também “em Deus”.

“Como aqueles que veem a luz estão na luz e participam do seu esplendor, assim aqueles que veem Deus estão em Deus, participando de seu esplendor” (Santo Irineu, *Adv. Haer.*, IV,20,5). O Deus Trino nos aceita na vida interior da divindade, na comunhão de amor do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Tudo isso, porém, não significa que quem vai para o céu perca a sua identidade pessoal. Exatamente o contrário. Na união com Deus a identidade pessoal alcança a sua mais plena realização. Assim a relação com Deus e a consistência própria do ser criatural crescem simultaneamente; não se opõe uma a outra. Se o destino do homem é essa união com Deus em Cristo, quem a alcança se torna plenamente ele mesmo.

Jesus nos abre o caminho do céu porque Ele mesmo, enquanto âmbito no qual entramos em comunhão com Deus, **é o céu**. Não há vida no Paraíso a não ser como associação à Sua glorificação.

A purificação final ou Purgatório

Quem lê atentamente os parágrafos (1030-1032) pode perceber que não tem sentido falar de purgatório a não ser em relação à salvação. Quem morre na graça e na amizade com Deus não está necessariamente purificado de todo o pecado, pode não ter acolhido plenamente em sua vida o amor de Deus, pode não estar livre de todo afeto desordenado. Podemos pensar que essa situação seja algo muito comum e freqüente.

A purificação depois da morte é um evento de graça. Não é uma forma disfarçada de punição. Deus deseja realmente nos purificar de toda mancha de pecado e nos renovar completamente.

A justificação do pecador não é apenas um verniz que se passa por cima, mas significa uma transformação interior do homem, a sua santificação. De maneira análoga, a salvação definitiva deve implicar a nossa plena transformação, a nossa total purificação e a nossa plena orientação para o Deus de todo o nosso ser.

O purgatório é uma verdade de fé que deve causar em nós alegria e esperança. Mesmo que a nossa purificação comporte sofrimento, ela é essencialmente um dom de Deus que deveria provocar em nós humilde gratidão. Gratidão ainda maior decorre do fato de a nossa purificação eliminar tudo o que se opõe à plena comunhão com Deus, tudo o que impede a perfeita alegria do encontro com o Senhor na visão beatífica.

Por isso a purificação definitiva nada tem do sofrimento dos condenados. O purgatório não é absolutamente um tipo de “inferno com prazo de validade.” O inferno é a separação definitiva de Deus, o purgatório é o caminho para a Sua plena posse.

O mal-entendido de aproximar o purgatório do inferno pode surgir por causa da imagem do “fogo” que é usada em ambos os casos. Mas no caso do inferno, o fogo consiste no castigo, enquanto que o fogo do purgatório é purificador. Assim o fogo do inferno nada tem a ver com o fogo do purgatório.

O Concílio de Trento recomenda aos bispos que procurem expor a doutrina sobre o purgatório com atenção e diligência para que os fiéis creiam no purgatório sem cair na curiosidade e na superstição (cf. DS 1820).

A doutrina do purgatório está intimamente ligada com a da oração pelos falecidos (sufrágio). Quem deve prestar contas a Deus dos seus atos e sofrer uma eventual e necessária purificação nunca está sozinho. A Igreja acompanha solidariamente os que são purificados com a oração, a esmola e as obras de penitência. A Igreja intercede por eles e oferece por eles o sacrifício eucarístico no qual Cristo nos associa à sua oblação perfeita ao Pai.

O Inferno

A doutrina do inferno causa dificuldades para muitas pessoas. E no entanto a reta compreensão do inferno é essencial para compreender corretamente a relação entre Deus e o homem. Além disso, a própria compreensão do que seja o céu fica prejudicada se não entendermos bem o que é o inferno.

Com efeito, a comunhão de amor que Deus quer para todos é oferecida livremente e espera uma acolhida igualmente livre. A comunhão de amor não pode ser imposta; o amor não pode ser coagido uma vez que o amor é por sua própria natureza livre. O mistério da liberdade e da responsabilidade humanas nos obriga a ter presente a possibilidade de uma recusa de Deus. Somente se essa possibilidade for real, é real nossa liberdade que só se torna plena na acolhida do amor que Deus nos oferece.

A recusa do amor de Deus se exprime no ódio contra Ele e contra o irmão, no nosso fechamento diante do próximo e de suas necessidades. Quem se obstina nessa atitude e nela é surpreendido pela morte, fica separado de Deus. O catecismo exprime o que seja o estado definitivo de inferno. O condenado, na realidade, se auto-excluiu da comunhão com Deus e com os beatos.

Rigorosamente falando, Deus não fez o inferno. Fazem-no as escolhas livres das criaturas que dEle se separam. Deus não manda ninguém ao inferno; é o pecador empedernido que se separa e que não quer entrar na casa do Pai.

Deus não quer propriamente punir os condenados, mas, estando privados de todos os bens, é a pena que os persegue (cf. Santo Irineu, *Adv. Haer.*, V,27,2). Deus não inflige ao condenado o mal; é ele que abandona o Bem supremo (Santo Agostinho, *En. Ps.* 5,10). Por isso é preciso insistir que o inferno não nega absolutamente a infinita bondade de Deus. Afirma somente o imenso respeito que Deus tem pela liberdade do ser humano que foi criado à sua imagem.

Deus não quer em momento algum anular a liberdade: sem a liberdade o ser humano não é humano; sem ela salvação alguma é humana; sem ela não há nenhuma possibilidade de acolhida do amor e da graça de Deus.

As palavras de Jesus mostram a gravidade da escolha diante da qual todo homem se encontra na vida. Sem esquecer a bondade e a misericórdia divinas, é irresponsabilidade minimizar as duras expressões de Jesus (citadas no parágrafo 1034) sobre o inferno.

O ensinamento da Igreja segue a mesma linha das afirmações fundamentais de Jesus sobre o inferno (cf. 1035). O sofrimento do inferno consiste na separação de Deus, uma vez que a felicidade do ser humano e os bens que ele aspira e para os quais foi criado se encontram somente nEle.

Consiste também no sofrimento do inferno a separação dos outros e do cosmos. Em contraste com a felicidade do céu que é comunhão com Deus, com os outros e com os cosmos renovado, a pena do inferno decorre da relação negativa com o Criador, com a

realidade criada, da perversão da relação positiva que todos somos chamados a ter com o mundo transformado.

Mais uma vez é afirmada claramente a responsabilidade que cada um tem diante das escolhas que faz na vida. O nosso destino eterno depende do exercício da liberdade. Por isso a necessidade da conversão contínua. Uma vez que desconhecemos o dia e a hora de nossa morte, quando seremos chamados a prestar contas de nosso viver, somos chamados a uma vigilância diuturna.

Deus quer que todos sejam salvos. A Igreja rejeita veementemente a ideia da predestinação ao mal e ao inferno. É somente a decisão livre do ser humano, o pecado mortal e a obstinação nele que provoca a condenação. O mistério da liberdade humana aparece em toda a sua gravidade e seriedade ante essa possibilidade tremenda da auto-exclusão da salvação.

Devemos nos unir à oração da Igreja pela salvação de todos.

Muitos se perguntam: são muitos os que se perdem? Tal pergunta já tinha sido feita a Jesus (cf. Lc 13,23ss). A questão do inferno não pode ser posta em terceira pessoa (“eles são muitos ou poucos?”), mas somente em primeira pessoa (“eu estou no caminho da salvação?”). Cada um de nós deve ter consciência do fato de que pode se fechar à graça de Deus e do fato que, nas próprias decisões que toma, está em jogo o seu destino eterno.

Ao mesmo tempo, pode e deve confiar na graça de Deus e esperar da Sua misericórdia o dom da salvação para si e para os outros.

